

1

# Arqueologia Medieval

CAMPO ARQUEOLÓGICO DE MERTOLA



EDIÇÕES AFRONTAMENTO



**Capa e Design Gráfico: Gil Maia**

**Execução Gráfica: Edições-Afrontamento, Lda.**

**Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda — Santa Maria da Feira**

**Periodicidade: Anual (Nº 1 Fevereiro / 1992; Nº 2 Fevereiro / 1993)**

**Preço de capa: Portugal — Esc. 3.500\$00; Espanha — PTE. 3.800\$00; Resto da Europa — PTE. 4.100\$00; Fora da Europa — 4.700\$00.**

**Edições Afrontamento, Lda — Rua Costa Cabral, 859 — 4200 Porto — Portugal — Telefones: (02) 489271, 494880 — Telefax: (02) 491777**

# POVOAMENTO ANTIGO NO BAIXO ALENTEJO. ALGUNS PROBLEMAS DE TOPOGRAFIA HISTÓRICA

**CLÁUDIO TORRES**

Manuseando os dados oferecidos por uma investigação em profundidade num dado território e os fenómenos ligados à arqueologia espacial, articulando um conjunto civilizacional onde se fazem sentir as dominantes do tempo longo da história, era inevitável tropeçar com grupos humanos e sistemas geo-económicos de persistente continuidade.

## **I. LIMITES GEOGRÁFICOS**

A partir do momento em que as relações mercantis começam a abrir as vias fluviais e terrestres, a organizar espaços urbanos e portos de embarque e desembarque, os territórios a sul do Tejo agrupam-se em quatro grandes áreas perfeitamente diferenciadas. A orla litoral do Algarve, o termo de Beja, o termo de Évora e o conjunto Santarém, Lisboa e Alcácer. O Algarve, apertado entre a serra e o mar, é uma estreita faixa constituída historicamente pelos

termos de Ossonoba-Faro, Tavira e Silves, cidades-estado viradas para o comércio marítimo de relações privilegiadas com Sevilha, Cádiz, Tanger e Ceuta. É o lado setentrional de um enorme golfo cujos extremos são Sagres e Arzila e onde, desde tempos remotos, comunidades de pescadores se dedicam às fainas do mar. O termo de Évora — o Alto Alentejo — desde sempre se orientou no sentido Leste-Oeste, ao longo das grandes vias que ligaram Mérida-Badajoz às lezírias do Tejo e Sado. Com a decadência do império romano e principalmente durante o processo de islamização, nota-se um crescente interesse comercial pelas cidades de Alcácer e Lisboa que, devido às suas inesgotáveis riquezas alimentares, principalmente de pesca, e à sua abertura às grandes rotas do norte, vão imprimir, a partir dos finais do século XII, um novo curso a toda a região, provocando inevitável decadência dos antigos caminhos do interior. A área de influência de Beja incluía os territórios que hoje constituem

o distrito, mais as terras de Aroche (1) e Alfajar de Peña (Fig. I). Este vasto território de boa terra de pão e muita serra agreste, esteve ordenado, do ponto de vista económico, até ao século XIII, em função do eixo de Mértola-Beja: a grande cidade e o seu porto.

## II. UMA REGIÃO: O BAIXO ALENTEJO

Sem mergulhar demasiado nas origens, em busca de identidades ou de raízes, não há dúvida que os primeiros barcos a sulcar os mares do Ocidente subiram também o Guadiana em demanda dos metais, como já o tinham feito no Bétis (Guadalquivir). Os penhascos xistosos do Baixo Alentejo são ricos, não só em cobre, chumbo ou ferro, como se pensou até há pouco, mas também e principalmente, em ouro

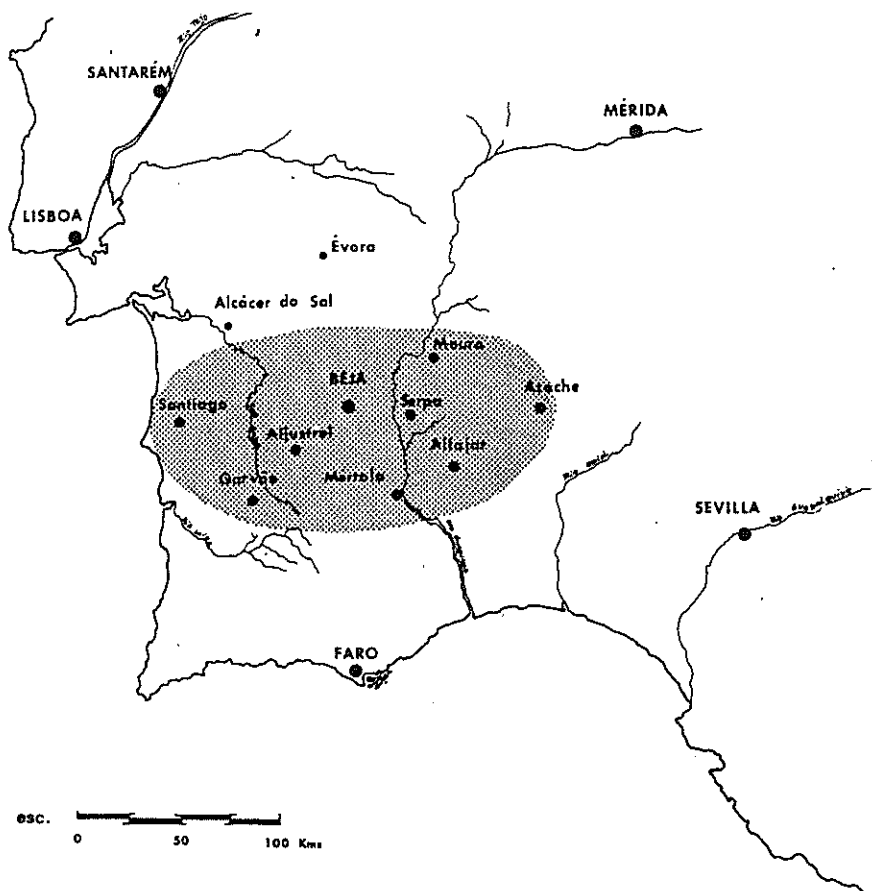
e prata, extraídos em quantidades apreciáveis e sem grandes trabalhos de mineração nos chamados «chapéus de ferro». Estes afloramentos metálicos, em contacto com o oxigénio do ar, sofriam um processo de oxidação e de lixiviação da água das chuvas. O ouro e a prata, menos corruptíveis, iam-se concentrando nestes «chapéus de ferro» de onde eram colhidos sem grande revolvimento de terras (2). Assim se compreende a implantação, aparentemente insólita, da Civilização do Ferro do Sudoeste, cujas sepulturas epigrafadas surgem nos recantos mais afastados das serras de Mu e de Ourique (Caetano Beirão; *Une Civilisation...*).

Nestas serranias, pequenos grupos humanos, ligados à pastorícia, começam também a dedicar-se a trabalhos de mineração, impulsionados por um mercado cujo centro de exportação deve ter sido, naturalmente, o porto interior de Mértola. Aí chegaram os primeiros comerciantes e soldados e daí partiam as mais importantes vias terrestres para o interior.

### 1. A romanização

A grande estrada e coluna vertebral de toda esta região ligava Mértola a Beja por Corte Gafo, Amendoeira Mosteiro e Salvada, onde se bifurcava para Serpa atravessando o Guadiana na zona dos grandes vaus. Incompreensivelmente, em todos os mapas até hoje publicados sobre as vias romanas no actual território português, decalca-se o traçado rodoviário entre Mértola e Beja aberto apenas no séc. XIX e insiste-se em querer encontrar uma calçada na margem da grande e plácida avenida fluvial que era o Guadiana. Mértola (tal como Sevilha) foi, nesta zona, o término dos percursos terrestres. A serra algarvia nunca foi atravessada por nenhuma via em época romana ou islâmica. Apenas a entreteciam aventureiros caminhos de pé posto, de uso controlado pelas comunidades serranas,

Fig. 1: Termo de Beja - Mértola

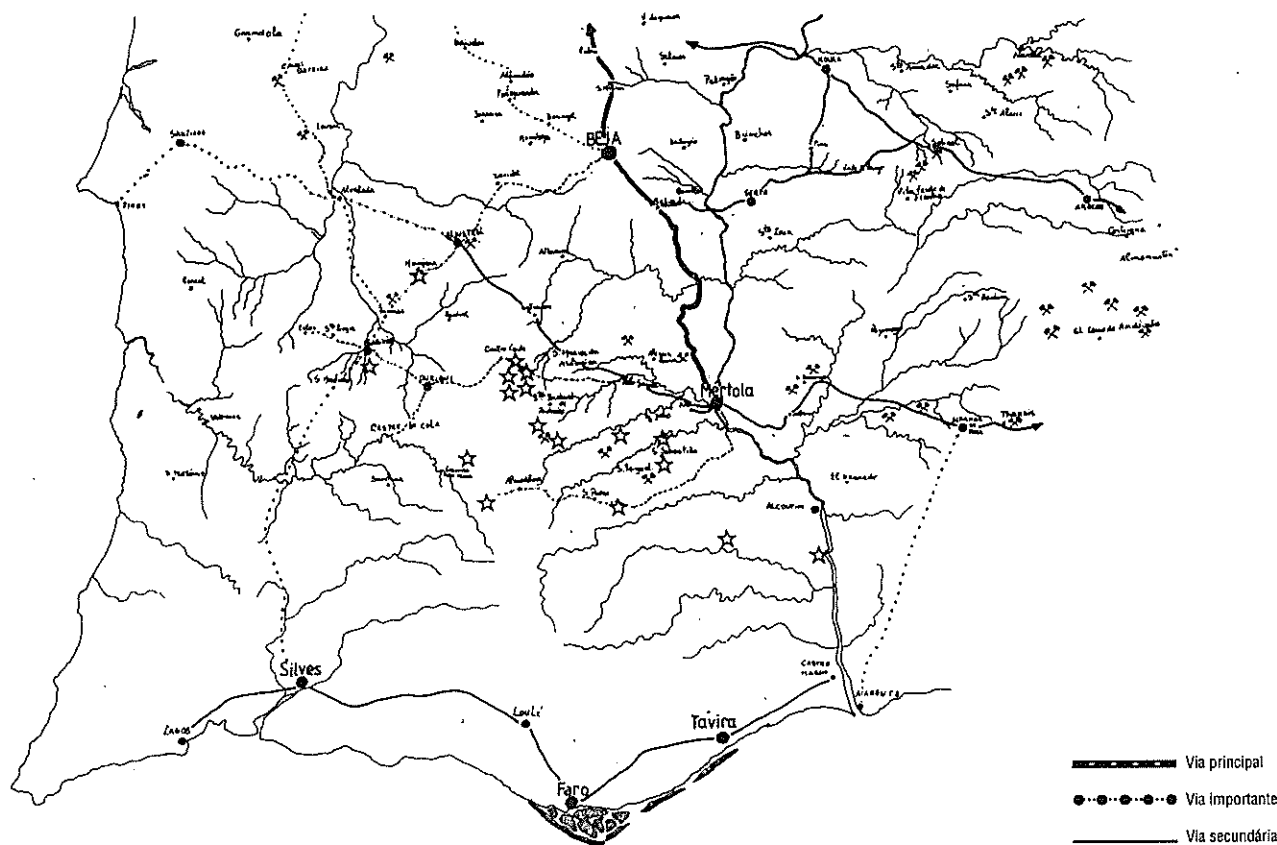


dos quais podemos destacar dois sendeiros usados pelo menos em época islâmica: um deles partia de Silves em direcção a Garvão, de onde seguia pela beira Sado até à zona de Alcácer. O outro partia de Mértola em direcção a Alfajar de Peña e daí para Ayamonte (aliás foi este o percurso seguido pelos cavaleiros de Santiago na conquista do Sotavento algarvio como constatou recentemente João Carlos Garcia (1986). Outras vias traçadas durante o Império serviam ao escoamento dos centros mineiros (fig. 2).

Uma sólida calçada, em uso até há menos de um século, parte da margem esquerda do Guadiana, em frente da vila de Mértola e trepa a encosta da aldeia dos Fernandes em direcção a Santana de Cambas e Mina de S. Domingos. Daí seguiria para o coração da zona mineira da serra Morena. O pólo agregador destes descampados metálicos era, certamente,

Alfajar de Peña ou Monte Agudo (hoje, Señora de la Peña, perto de Puebla de Guzman), escarpada fortaleza que pertenceu ao alfoz de Mértola. Assim era em meados do século XII, durante a revolta dos «muridines» e um século mais tarde, aquando das disputas entre os reinos de Castela e Portugal pela posse das terras recém-conquistadas. Mesmo uma leitura apressada da hagiografia regional permite constatar uma longínqua ligação entre os pontos religiosos mais importantes de toda esta região, apesar da violência de uma fronteira hoje multi-secular. Ciclicamente eram renovados estes laços durante as romarias que, de uma forma mais ou menos intensa, tocam as populações raianas. Alfajar de Peña (Senhora de la Peña), hoje na Andaluzia, S. Brissos (Senhora do Amparo), onde foi localizado um pé de altar do séc. VII, S. Barão, santuário de ressonâncias pagãs no seu culto à fertilidade e

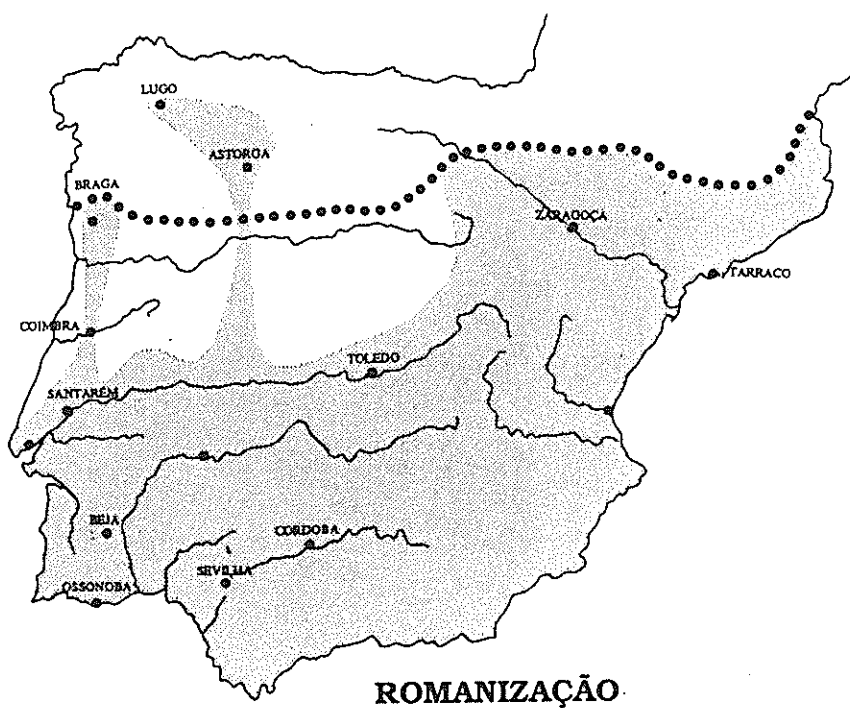
Fig. 2





ainda a Senhora de Araceli, altar dos Campos de Ourique, são pontos de topografia excepcional e povoamento antigo. Todos estes «sítios» se avistam entre si, demarcando na sua organicidade histórica e cultural, a escala humana de um território.

A outra grande via mineira chegava ao porto do Guadiana depois de ter atravessado as povoações dos Namorados, João Serra, S. Marcos da Ataboeira, Entradas e, finalmente, Aljustrel. Da mesma direcção e de mais longe chegavam os carregamentos de Inverno das Minas da Caveira e do Lousal, quando o Atlântico bramia e interditava, pelo menos durante 8 meses, qualquer transporte de lingotes ao largo de Sagres com carregamento no porto de Sines. Convergiam em Mértola mais caminhos e vias secundárias vindas de Garvão e Almodôvar e mesmo de Martim Longo, em plena serra algarvia, atravessando a ribeira do Vascão junto às ruínas do povoado das Relíquias. Capital administrativa de toda esta vasta região, Pax Julia é o grande núcleo urbano, sede do poder imperial e destacado centro de mercado agrícola. É a cidade romana por excelência, símbolo da ordem militar, do poder fundiário e do comércio do trigo. A sua extensão monumental parece ter criado dificuldades de defesa durante os períodos mais conturbados, e não há dúvida que o máximo do seu esplendor foi atingido durante a «pax romana».



## 2. A islamização

O processo de islamização contém também duas vertentes principais: a político-militar e a mercantil. Contudo, ao contrário do que se passava durante os primeiros séculos da nossa era em que há uma estratégia territorial e excluindo, no século X, a aventura centralizadora do califato de Córdoba, predominaram, durante esta época, os movimentos de desconcentração, polarizados em vários núcleos de

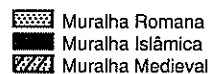
Fig. 3: ••• As grandes fronteiras da romanização e da islamização

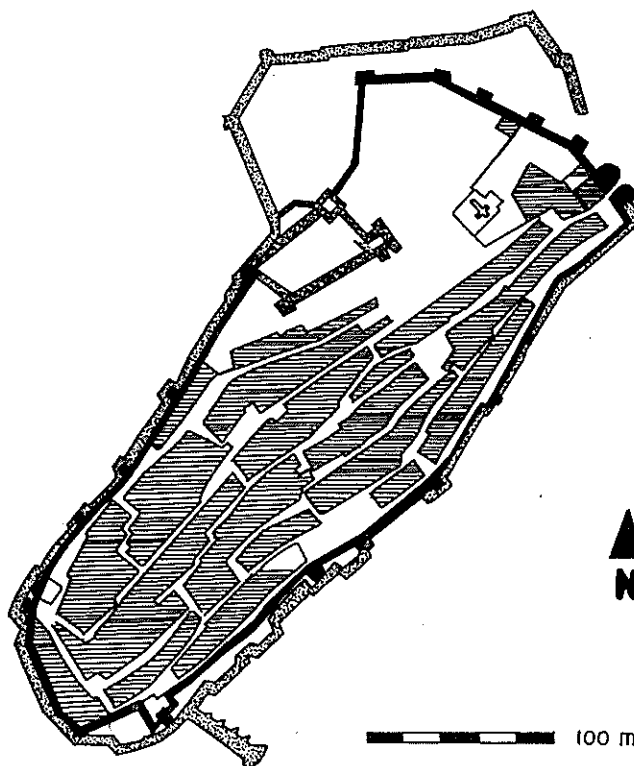
comércio. Cada cidade, com as suas hortas e jardins, com o seu termo económico e cultural, vai imprimir no Al Andalus o cunho peculiar da sua civilização (fig. 3). No Alto Alentejo, com a atracção das plataformas portuárias de Lisboa e Alcácer, desenvolvem-se as cidades de Badajoz e Évora, em detrimento das antigas urbes romanas de Scallabis (Santarém), sede de «conventus» e de Mérida, a capital da Lusitania que devera a sua existência ao eixo norte-sul da Via da Prata. Em meados do séc. XII acentua-se o percurso económico leste-oeste a que não foi alheia a conquista de Santarém, Lisboa e Évora. As antigas rotas do sul começam a ser desviadas para o estuário do Tejo.

Na costa algarvia, além de Ossonaba (Faro) desenvolvem-se outros dois grandes portos marítimos: Silves, em breve a assumir o seu papel de capital regional, e Tavira que a partir de princípios do séc. XIII será uma das cidades mais populosas do sul. Beja, apesar de ter entrado em processo de estagnação depois da queda do Império, mantém até ao séc. X o seu estatuto de grande cidade, cabeça de região e de bispado. Admitindo que a actual cortina de muralhas se sobrepõe a outra anterior, parece evidente porém que nunca este enorme perímetro foi totalmente urbanizado em época islâmica. A partir do séc. XI, com a crescente importância de Évora e principalmente com a pulverização política dos reinos de «taifas», a decadência de Beja acentua-se, não sendo de estranhar que a capital regional seja assumida, esporadicamente, pela bem fortificada Mértola. Além da importância e celebridade das suas muralhas, e portanto do seu papel militar atestado na maioria das fontes árabes e cristãs, a velha cidade do Guadiana congregava também uma população não muito inferior à das outras cidades do Garb al Andalus (fig. 4). Os 70.000 metros quadrados de área envolvida por muralhas nas cidades de Évora e Silves e a cada uma das quais podemos atribuir cerca de

2.000 habitantes<sup>(3)</sup> não estão muito longe dos 60.000 metros quadrados de Mértola, cuja população oscilava portanto entre os 1.800 e os 2.000 habitantes. Devido a referências de historiadores árabes ao facto de, pelo menos duas vezes, exércitos terem invernado em Mértola, para o que seria incomportável o perímetro cingido pela cortina almoda ainda hoje existente, prospecções de terreno efectuadas em 1988 levaram à descoberta de um outro amuralhamento, aparentemente de época romana e ainda certamente utilizável na Idade Média e que, ao longo de 2 km, cerca completamente a antiga cidade pela margem direita da ribeira de Oeiras e do Guadiana. (Fig. 5) De uma proeminência à beira rio, esta muralha monumental de 5 metros de espessura parte de um fortim com quatro torreões de ângulo, segue a linha de cumeada dos cerros que rodeiam a povoação, e regressa, mais a norte, às margens do rio. É provável que este perímetro fortificado tenha sido construído nas

Fig. 4: Mértola


 Muralha Romana  
 Muralha Islâmica  
 Muralha Medieval

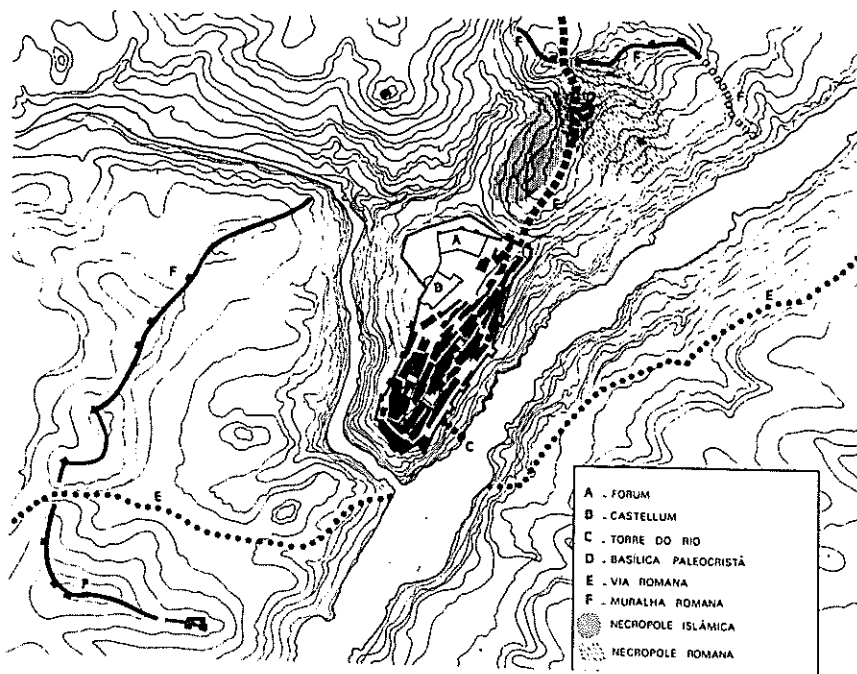


primeiras campanhas militares do Império Romano, e esteja portanto relacionado com a deslocação de tropas e aquartelamentos sazonais.

Durante a alta Idade Média e de certa forma acompanhando um movimento semelhante em toda a Andaluzia, sul de França e da Itália, verifica-se no Alentejo meridional uma consolidação das autonomias regionais e um evidente reforço político das antigas comunidades agro-pastoris. Parece estarmos na presença de um processo de encastelamento que se generalizou a todo o Mediterrâneo ocidental, e que na Península Ibérica se traduz pela enorme proliferação de povoados fortificados nas zonas de predominância pecuária.

Será talvez um movimento de resistência das estruturas clânicas mediterrânicas à tendência de feudalização de toda a sociedade. Estes amuralhamentos sobrepõem-se sintomaticamente, e quase sempre, à forma de habitat tradicional da segunda Idade do Ferro onde uma prospecção arqueológica de superfície mostra também, em quase todos, uma ocupação contínua durante o período tardo-romano.

Fig. 5



Como sempre o tinham feito, estas populações parece terem reanimado as actividades tradicionais de mineração e metalurgia que serviam de complemento à sua economia de subsistência, o que finalmente explicaria a multiplicação de pequenas explorações mineiras por todo o Baixo Alentejo. Várias fontes de língua árabe, como al Razi, Yaqut e al Maqqari referem minas de prata no Algarve e, para o termo de Beja, a existência de uma importante mina de prata pura, chamada Totalica, «extraída pelos seus habitantes, em segredo, num local desconhecido». Esta referência justifica e parece definir o tipo de actividade mineira em época islâmica, controlada por pequenas comunidades que escondem o local ou locais de extracção e vendem o metal nos mercados urbanos, como certamente já o tinham feito os seus antepassados em época romana e pré-romana. Aliás, um exame toponímico ao termo de Beja, permitiu-nos levantar a hipótese de localizar estas minas de Totalica na Serra da Adiça, entre as povoações do Sobral, Ficalho e Santo Aleixo. Desta forma, localizámos também várias dezenas de pequenas bolsas mineiras cuja dispersão só é explicável pelo afloramento dos «chapéus de ferro» e cuja exploração, só seria possível, ao que pensamos, sob o controlo das comunidades autóctones. Em toda esta região, apenas S. Domingos e Aljustrel estiveram dependentes de um poder centralizador externo, tendo funcionado tão somente enquanto os exércitos do Império puderam alimentar as suas máquinas administrativas, vigiar os processos de extracção e controlar os percursos de escoamento.

### III. O POVOAMENTO FORTIFICADO NO BAIXO ALENTEJO

Qualquer fortaleza, amuralhamento ou castelo, embora reflectindo as técnicas

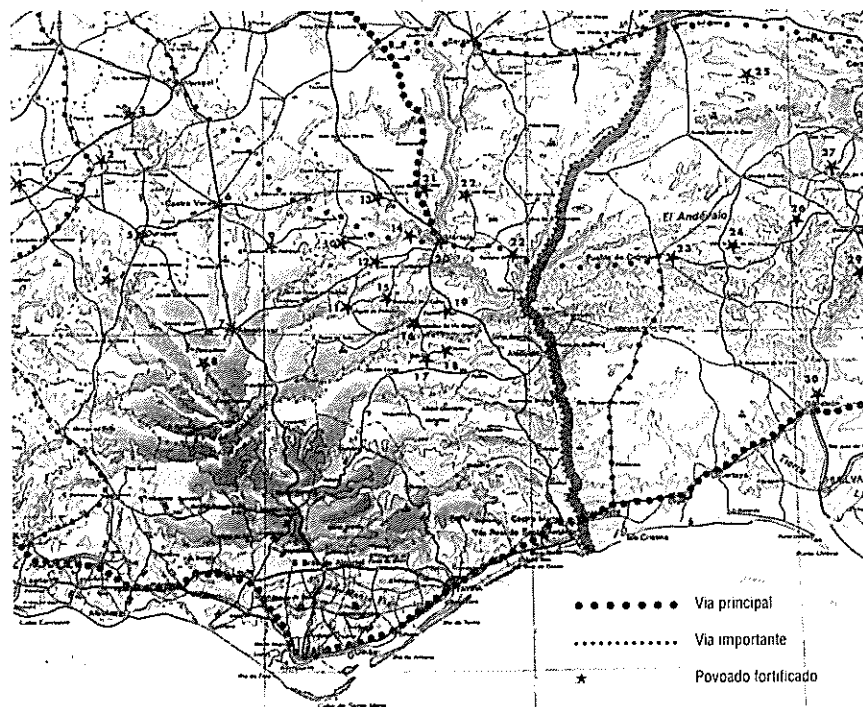
construtivas e militares de cada época, reproduz também as formas e funções melhor ajustadas ao grupo social que serve. É o caso exemplar de Paderne e Salir, duas fortificações do Barrocal algarvio construídas na mesma época — 2ª metade do séc. XII — no mesmo material — a taipa — e separadas por escassa dezena de quilómetros. O castelo de Paderne, com a sua implantação estratégica e assimetria volumétrica, é certamente um «hisn» «castellum» residência de um senhor ou alcaide e dos seus oficiais e apaniguados mais próximos. O povoado fortificado de Salir, com as suas cortinas e torres quadrangulares todas iguais, abrigava e defendia um pequeno aglomerado de camponeses que durante o dia desciam às terras férteis da veiga.

Por outro lado, devido a um novo programa regional ou mesmo nacional, quantas vezes é patente nos sistemas defensivos a ingerência de elementos que desvirtuam a sua própria razão de ser inicial, atribuindo-lhe o que era impensável em épocas anteriores. É o caso de inúmeros povoados fortificados com objectivos exclusivamente comunitárias que depois da «Reconquista» são enquadrados em nova estratégia de fronteira ou abrangidos por qualquer doação senhorial. Neste caso mudam de funções, sofrendo maiores ou menores intromissões arquitectónicas. Para o actual território português podemos apontar nesse sentido, entre outros, os exemplos de Monsaraz, Noudar, Portel, Moura, Ourique e Castro Marim.

Finalmente, o que nos interessa directamente é apenas o povoado rural fortificado, em que as técnicas defensivas pouco se adaptaram às inovações permanentemente introduzidas nas cidades vizinhas. Os seus muros de pedra e barro, reparados em cada geração, defendem às vezes durante milénios, os haveres de uma pequena comunidade que, ciclicamente, é obrigada a deixar partir a maior parte dos seus filhos por ser incapaz de os alimentar. A água,

quantas vezes de um único poço, exausto em anos de seca, chega dificilmente às pequenas hortas de sobrevivência. A actividade complementar destes pequenos agricultores e pastores parece ter sido a mineração, não só pela disposição do seu habitat em locais visivelmente inóspitos, como pela área geográfica abrangida, em que um simples levantamento não sistemático, nos indica a sua implantação a coincidir com a grande faixa piritosa que se estende da Serra Morena até Grândola (Fig. 6). No mapa em anexo estão apenas anotados os povoados, de provável origem mais antiga, mas de comprovada ocupação em época islâmica (4). Para o Andevalo Onubense, o levantamento é da responsabilidade de uma equipa de arqueólogos a cargo da Junta de Andaluzia (Perez Macias, 1988, p 334), os quais notam com surpresa a ocupação islâmica numa zona onde a mineração romana parecia ter sido exclusiva: «Os dados bibliográficos mostram-nos que esta era uma zona com forte desenvolvimento dolménico e intensa exploração mineira romana, como épocas cruciais

Fig. 6



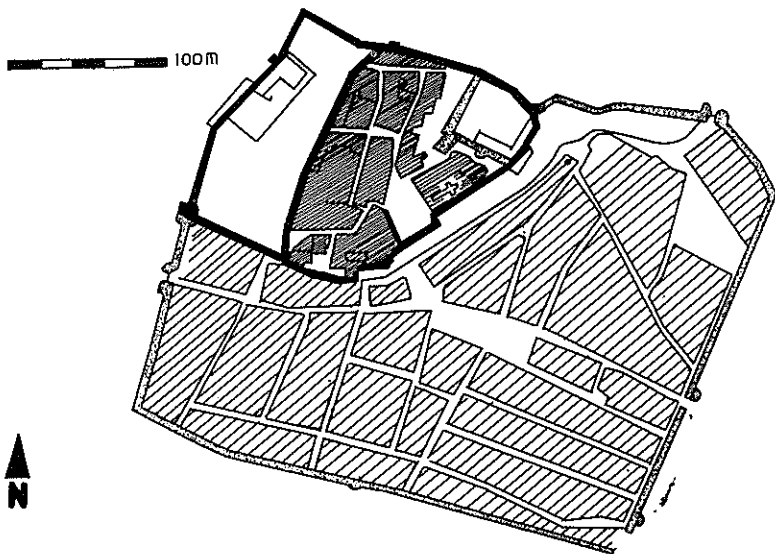


Fig. 7: Serpa

em detrimento de outras em que teria havido um vazio populacional. Foi grande a nossa surpresa ao descobrir toda uma série de recintos fortificados para defesa de núcleos rurais muçulmanos».

No Baixo Alentejo, num primeiro levantamento sumário, podemos considerar a existência de três tipos principais destes povoados fortificados:

TIPO 1 — Serpa e Moura, com uma área aproximada intra-muros de 22 e 23.000 metros quadrados, respectivamente. São povoados

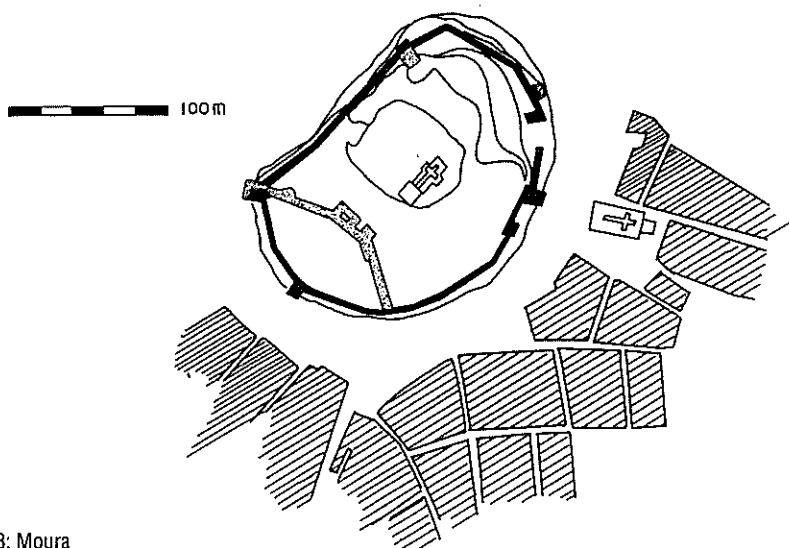


Fig. 8: Moura

que ocupam o cume de uma pequena elevação, dominando férteis terras de cultivo. Em Serpa (fig. 7), nota-se claramente o perímetro mais antigo, romanizado, e a expansão urbana do século XIV. Em Moura (fig. 8), destaca-se, no interior do povoado, o castelo de tipo senhorial com a sua torre de menagem de finais do séc. XV e a cortina almoada com uma torre quadrangular de taipa ainda visível — cortina esta que deve sobrepor-se a uma anterior fortificação de tipo comunitário. O nome «salúquia» mantém-se na tradição oral como o de uma rainha moura e é, afinal, o mais seguro indicativo de que este castro era uma «salúquia» — palavra de origem árabe que se refere à parte mais elevada de uma fortificação (5).

TIPO 2 — Série de povoados fortificados dos Campos de Ourique, que são constituídos por duas partes separadas mas complementares: um cerro mais elevado onde está implantada uma pequena «salúquia» e cuja área média não ultrapassa os 5.000 metros quadrados; e outra zona muralhada, de forma mais grosseira, ocupando uma lomba levemente inferior, numa área média que vai de 12 a 20.000 metros quadrados e que poderia ter tido como função inicial a de «albacar», ou seja, uma cerca de protecção e de recolha dos rebanhos.

São vários os exemplos, embora nos pareçam mais significativos Ourique (fig. 9) com áreas de 5 e de 20.000 metros quadrados; e o Castro da Cola (fig. 10), de 5.500 e 22.000 metros quadrados. Em Almodôvar (fig. 11), cujas áreas rondam os 5 e os 12.000 metros quadrados, nota-se claramente como se formou o aglomerado. No cerro de Santa Rufina, ou Castelo Velho, destaca-se ainda o núcleo da Salúquia que pela sua forma circular originou o topónimo de Almodôvar «redondo» em árabe. A tracejado no mapa localiza-se o hipotético albacar — que posteriormente se teria adaptado a aglomerado populacional. O cerro da

Nodre (que em árabe quer dizer «atalaia») indica ainda a zona de vigilância que antecedeu a urbanização do século XIV, ordenada segundo a via Norte Sul de acesso ao Algarve recém-integrado na coroa portuguesa. Em Mértola, apesar do seu peso urbano já significativo alguns séculos antes de Cristo, não é de excluir a existência de um povoamento deste género bastante arcaico. Uma anomalia urbana, visível no mapa (Fig. 12) pode significar um aglomerado habitacional que se implantou em anterior «albacar».

TIPO 3 — Série de povoados de cumes que, de uma forma geral, ocupam as mesmas estruturas defensivas de anteriores aglomerações da Idade do Ferro. Deles destacamos Colos (fig. 13), 12.000 metros quadrados, antiga vila que se chamava, ainda no séc. XIV, Colos de Benaguaz (Colos e Cola têm origem linguística na palavra árabe *qala* — «fortaleza»); e ainda Castro Verde (fig. 14), com 16.000 metros quadrados. A sua expansão urbana em linhas ortogonais, parece datar dos séculos XV e XVI.

Cada um destes povoados fortificados tinha um termo económico constituído por hortas e campos de pão, e por uma área de mato e floresta. No interior deste termo, todas as alcarias e casais formavam uma interdependência de tipo familiar ou clânico, festejavam os mesmos oragos e enterravam os seus mortos no mesmo local. Durante muitos séculos, fazendo e refazendo as suas frágeis muralhas de pedra e barro, resistiram aos senhores feudais, mantendo arcaicas e teimosas relações de produção.

#### IV. CONCLUSÃO

Sem prescindir de posteriores prospecções documentais e de terreno e de eventuais sondagens arqueológicas, as constatações a que chegamos permitem-nos, desde já, levantar algumas hipóteses:

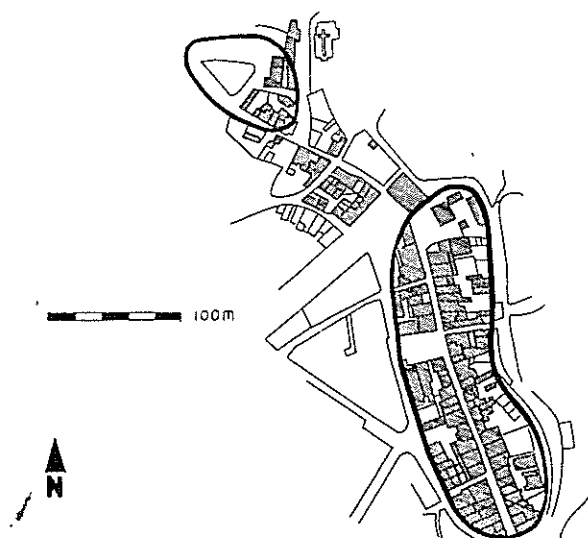


Fig. 9: Ourique

1 — Seria absurda a implantação de sucessivos e importantes núcleos civilizacionais pré-romanos de ascendência ou relação directa com o Oriente mediterrânico nas vertentes setentrionais da Serra algarvia, apenas em busca do cobre, quando este metal abundava em vários outros locais de bem mais antigo e fácil acesso. Tal topografia humana fica porém justificada se em vez do cobre tiverem sido a prata e o ouro a ser intensamente explorados nos «chapéus de ferro» desta região. Mais compreensível será também a estratégia de ocupação desta área pelo Império Romano. Algo de muito mais importante que o cobre

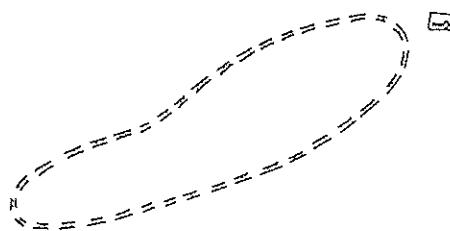


Fig. 10: Castro da Cola

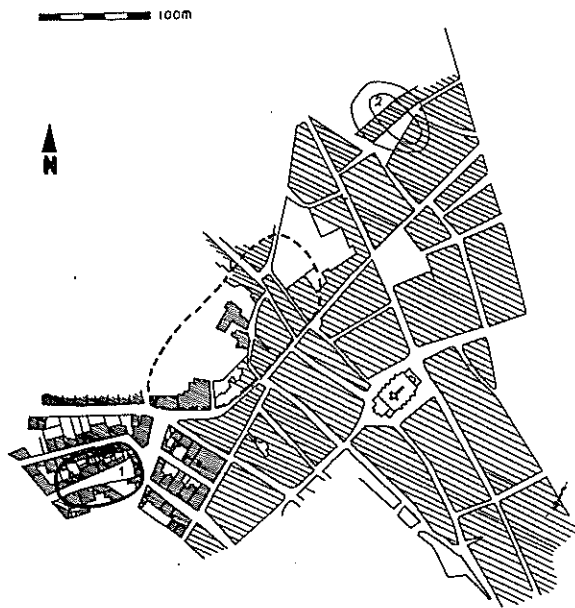


Fig. 11: Almodovar.

1 - Sta Rufina

2 - Cerro da Nodre

obrigou a construir a série de «castelos», todos datados da mesma altura (6) e perfeitamente organizados de forma a controlar um território (fig. 15).

2 — Na Ibéria meridional delimitam-se duas grandes bolsas mineiras: uma na Bética e outra na Lusitania. A primeira e mais

importante é também o «terminus» da Via da Prata que traz do norte o estanho e metais preciosos. Compreendia, «grosso modo», as bacias hidrográficas do Odiel Rio Tinto e do Guadalquivir. Por seu lado, a bolsa de escoamento mineiro da Lusitania meridional era a bacia do Guadiana. Se notarmos que os limites territoriais, antes das fronteiras modernas, passavam invariavelmente pelos festos ou cumeadas da serra, podemos concluir sem receio que a polémica fronteira entre a Lusitania e a Bética não corria certamente pelo leito do Guadiana e sim pelos cabeços pedregosos a leste de Aroche e do Andévalo (Fig.16). Desta forma percebe-se melhor a insistência com que esta zona serrana é integrada do lado de Beja nas delimitações das «coras» e «taifas» durante o período islâmico.

3 — A primeira fase, mais arcaica, da romanização do ocidente ibérico é claramente visível no termo de Mértola, em que a lógica viária é traçada pelas necessidades de escoamento do minério e em que é sensível a preocupação de domar uma população hostil e fortificada que é, afinal, a detentora das chaves de

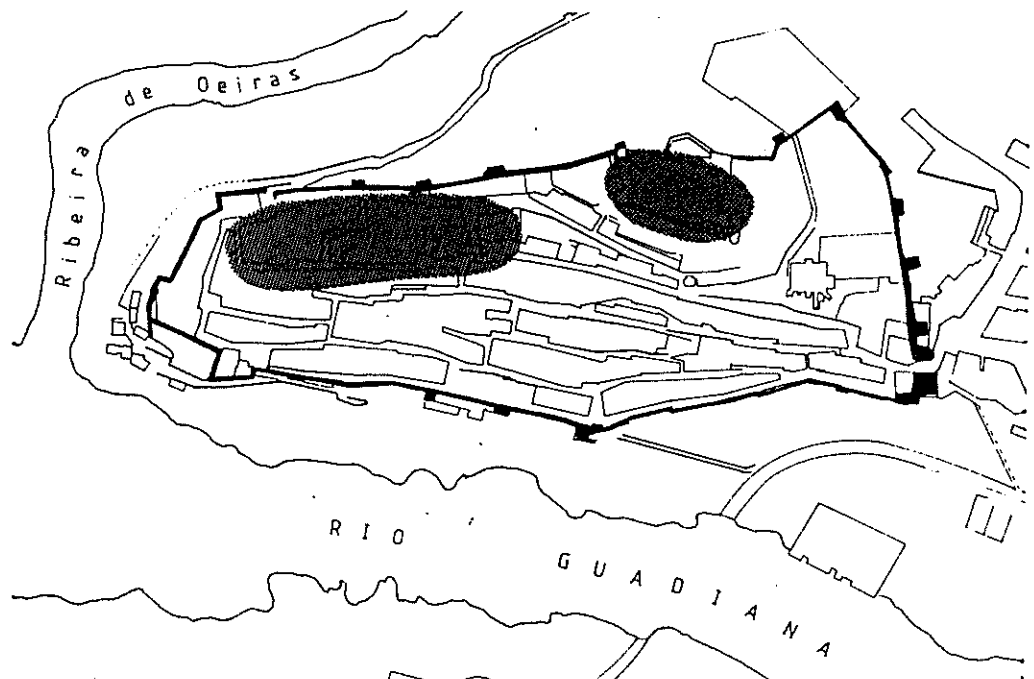


Fig. 12

acesso aos múltiplos sítios de extracção mineira. Passado o primeiro período da romanização em que se destacam de forma evidente os interesses metálicos e, portanto, predominantemente militares, começa uma outra fase de ocupação territorial, em que a exploração agrária vai obrigando a uma maior estabilidade e definição de solos. Depois da imponente cidade imperial vem a época das «villae» palácio. A norte do rio Terges, nos negros e profundos barros de Beja, Serpa e Moura e na húmida depressão do Sado, a paisagem, adoçada pelas searas, pontilha-se de grandes herdades onde enriquecem os senhores da terra.

4 — Fora dos circuitos civilizadores, pequenas comunidades resistem aos ventos da história. São elas que, finalmente, convém começar a conhecer. São pastores que no Verão juntam os rebanhos, levando-os para as encostas verdes das serras da Estrela ou de Gredos. São pastores irmãos de raça e civilização dos outros da vizinha Serra Morena e dos contrafortes do Rif marroquino. Como eles, construíam até há pouco as mesmas casas de

100m

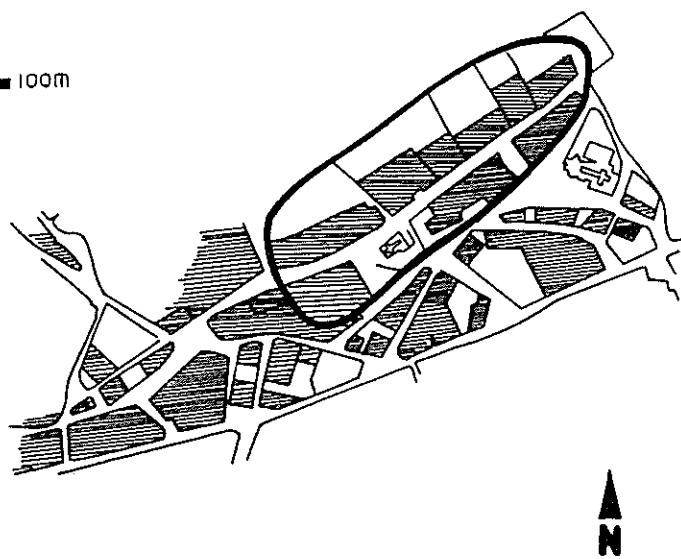


Fig. 13: Colos

alvenaria e cobertura de uma só água, de planta rectangular ou circular. São as suas mulheres que invariavelmente mantiveram e ainda reproduzem nos gestos cadenciados do tear, os mesmos motivos ziguezagueados das decorações cerâmicas pré-romanas (7).

Esta gente da serra, certamente sob pressão do comércio levantino, aprendeu a

100m

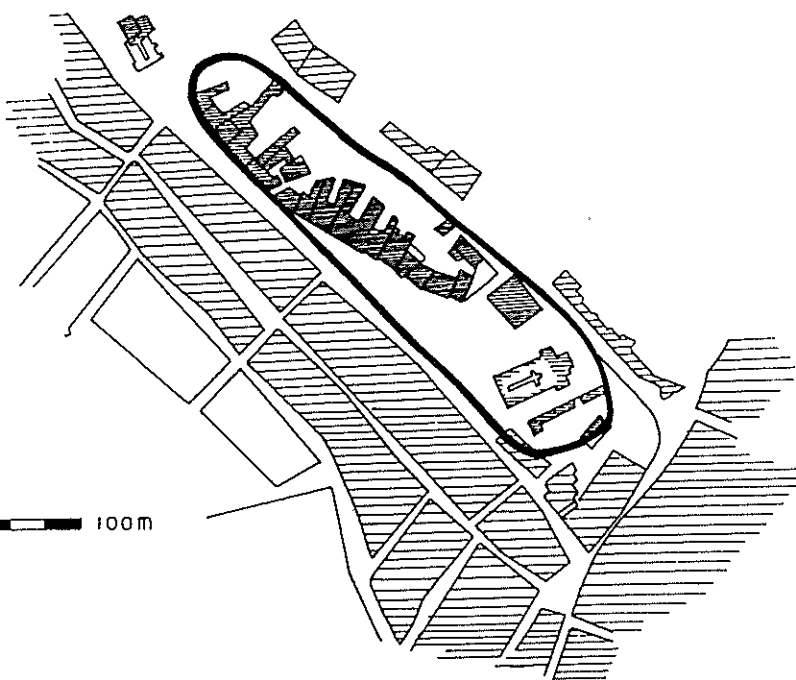


Fig. 14: Castro Verde

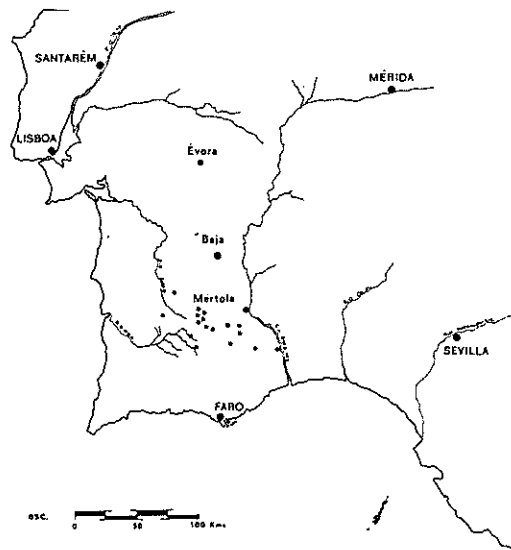


Fig. 15: Castelos romanos do sudoeste

procurar e a extrair o ouro e a prata dos seus ressequidos penhascos, começando, de muito cedo, a abrigar-se a si e ao seu gado atrás de amuralhamentos de cumes, de onde controlava as inseguras veredas que encaminhavam o metal para os portos de embarque.

Subindo o Guadiana e o Guadalquivir e espraiando-se pelas costas do Algarve, chegam, em épocas sucessivas, soldados e mercadores ao mando de Roma ou de Bagdad, enquanto a serra, pouco hospitaleira, mantém as mesmas e arcaizantes formas sociais e



Fig. 16: Vias romanas e fronteira entre a Bética e a Lusitânia

económicas que, de forma nenhuma, podemos atribuir apenas às invasões berberes de época islâmica (8).

Nos povoados da Serra Algarvia onde a sucessão de gerações parece ininterrupta, encontramos provas arqueológicas pré-romanas, da romanização e da islamização, o que, naturalmente, não quer dizer que aí tivessem vivido sucessivos conquistadores. Estes instalaram-se com certeza mais comodamente nas cidades e quintas das terras férteis. Nas terras áspers da serra, como aconteceu noutros locais do Mediterrâneo, a romanização e a islamização, sem esquecer as tentativas de feudalização dos séculos XIII e XIV, não introduziram nem colonos, nem berberes, nem povoadores. Ficaram, isso sim, marcas linguísticas e toponímicas, além de alguns artefactos cerâmicos ou metálicos levados a dorso de mula pelos almocreves, os grandes andarilhos do interior e principais veiculadores de objectos e ideias.

#### NOTAS

- (1) O povoado fortificado de Aroche é várias vezes referido em crónicas árabes como fazendo parte dos territórios de Beja. Em meados do séc. X, Al Razi refere entre as vilas, aldeias e castelos da Cora de Beja, o castelo de «Arun». Referem-no também Yaqut e Ibn Galib. Este último afirma: «A cora de Beja confina com a cora de Mérida. O seu terreno favorece o cultivo de cereais e a criação de gado. As suas flores são boas para as abelhas e por isso há muito mel. As suas águas têm a propriedade de curtir as peles de uma forma incomparável. O seu território é enorme nele contendo cidades, fortalezas e distritos. Entre as suas cidades contam-se Alcácer do Sal e Aroche. De Beja a Mérida são três dias a cavalo». (Joaquim Vallvé, 1986).
- (2) No Seminário «Arqueologia da Indústria, Arqueologia industrial e Arqueologia mineira», realizado em Mértola em 1986, foram abordados alguns aspectos da mineração antiga. As explicações técnicas sobre a formação dos «chapéus de ferro» foram fornecidas pelo engenheiro químico industrial José Leal da Silva, ao anunciar o importante teor em prata que as análises laboratoriais encontraram nos cadinhos de fundição artesanal exumados em Mértola de

uma camada arqueológica do séc. XI. Os resultados desta análise laboratorial são publicados nesta revista, mais adiante.

- (3) Segundo a conhecida proposta de Torres Balbás, para calcular a população das cidades muçulmanas medievais, a cada hectare de área urbana corresponderiam 340 habitantes.
- (4) Povoados cartografados: 1-Colos; 2-Panoias; 3-Messejana; 4-Castro da Cola; 5-Ourique; 6-Castro Verde; 7-Almodôvar; 8-Mesa dos Castelinhos; 9-S. Bárbara dos Padrões; 10-Penilhos; 11-S. Miguel do Pinheiro; 12-S. João dos Caldeireiros; 13-Alcaria Ruiva; 14-Namorados; 15-S. Sebastião dos Carros; 16-S. Bartolomeu; 17-Giões; 18-Clarines; 19-Espírito Santo; 20-Mértola; 21-Corte Gafo; 22-Corte Sines; 23-Senhora de La Pena; 24-Cabeza del Andevalo; 25-Castillo Calabazar; 26-Cerca Alta; 27-Castillejito; 28-Cabeza Gorda; 29-Castillejita; 30-Calamorros.
- (5) Na nossa toponímia militar esta persistência da memória oral é patente em Silves onde a torre maior da cidadela ou alcáçova ainda hoje é conhecida por «Torre celoquia.»
- (6) A exploração arqueológica destas construções militares tem vindo a ser levada a cabo pelos arqueólogos, Maria e Manuel Maia e por eles datadas dos séculos I e II d.c. A cartografagem destes castelos na fig. 11, é reproduzida de Caetano Beirão, *Une civilization...*
- (7) Cf. Cláudio Torres «Uma velha cultura serrenha», in: *Mantas tradicionais do Baixo Alentejo*, caderno nº 1 do Campo Arqueológico de Mértola, 1984.
- (8) O primeiro investigador a abordar entre nós os possíveis laços com o Magrebe foi Orlando Ribeiro, a propósito das semelhanças entre a casa da Serra algarvia e a sua congénere do Rif. O autor explica estas semelhanças pelas sucessivas vagas berberes que se abateram sobre a Península durante e depois da invasão muçulmana, embora admita com W. Giese, possíveis permanências arcaizantes (pp. 63, 64, *Geografia e Civilização*, vid. Bibl.). Pouco mais tarde, um outro importante investigador do povoamento ibérico, Pierre Guichard (1976 e 1983) analisa em profundidade as relações familiares da sociedade andaluza e as suas semelhanças com as estruturas clânicas rifeñas. Este autor considera também que estas tradições antropológicas teriam sido introduzidas na Península Ibérica posteriormente às invasões muçulmanas.

Por outro lado, no I Congresso de História de Andalucia (Maria de Jesus Rubiera Mata, 1978) não aceitou estas conclusões. Contestou as chamadas «influências orientais» agnáticas na família andaluza,

vistas por Guichard e defendeu uma permanência cognática arcaica.

De facto, parece que nas duas margens do Mediterrâneo, de um modo geral, sempre coexistiram os dois grandes sistemas familiares com notório retrocesso da família alargada nas suas orlas setentrionais, a partir da alta Idade Média. Parece evidente que a manutenção de antigo agnatismo e endogamia se relaciona com zonas montanhosas, onde grupos agro-pastoris mantêm um certo nomadismo ligado à transumância. Não é de excluir, e aqui seguimos Jack Goody (1985), a influência do cristianismo e principalmente das próprias estruturas feudais, no desmantelamento destes grupos familiares e na sedentarização e reforço da família celular. Não nos parece que as ilhotas de clãs familiares do tipo «oriental» das quebradas serranas do Al Andalus tenham alguma coisa a ver com a invasão de tropas norte-africanas a partir do séc. VIII. Contudo não convém subvalorizar a importância do Islão como «legitimador destes valores tribais a quem confere um significado religioso» (Jack Goody, p 33).

#### BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

ALARCÃO, Jorge (1973), *Portugal Romano*, Verbo, Lisboa.

BAZZANA, André; GUICHARD, Pierre; MARTI, Segura (1982) «Du hisn musulman au castrum chrétien: le château de Perpuchent», in: *Mélanges de la Casa de Velazquez*, t. XVIII/I: 449-465.

BEIRÃO, Caetano M. Mello, *Une civilisation protohistorique du sud du Portugal*, De Boccard, Paris, s/d.

COLLINS, Roger (1986) *España en la Alta Edad Media*, Editorial Crítica, Barcelona.

GRACIA DE CORTAZAR, J. A. (1985), *Organización social del espacio en la España Medieval. La corona de Castilla en los signos VIII a XV*, Ariel, Barcelona.

GARCIA, João Carlos (1986), *O espaço medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*, Centro de Estudos Geográficos, INIC, Lisboa.

GOODY, Jack (1985), *L'évolution de la famille et du mariage en Europe*, Armand Colin, Paris.

GUICHARD, Pierre (1976), *Al Andalus. Estructura antropológica de una sociedad islamica en Occidente*, Barral, Barcelona.

--- (1983) «Un seigneur musulman dans l'Espagne chrétienne», in: *Mélanges de la Casa de Velasquez*, t. IX, pp. 283-334, Madrid.

MAIA, Manuel (1972) «Primeira campanha de escava-

ções realizada no Cerro do Castelo de Manuel Galo (Mértola)», in *Jornadas Arqueológicas*, Actas, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1973), vol. I, pp. 139 155.

--- (1973) «Fortaleza romana do monte Manuel Galo» in *III Congresso Nacional de Arqueologia*, Porto, Junta Nacional de Educação, 1974, vol. I, pp. 325 332.

MATTOSO, José (1985), *Identificação de um país*, ed. Estampa, Lisboa.

PEREZ MACIAS, J. Aurelio: et alli (1988) Avance al estudio de los recintos fortificados islámicos del Andevalo onubense y su origen norte-africano; in *Tomo II de las Actas del Congreso Internacional sobre El Estrecho de Gibraltar*, Universidad Nacional de Educacion a Distancia, Madrid.

RIBEIRO, Orlando (s. d.), «Açoteias de Olhão e Terraços de Tavira. Influências orientais na arquitectura ur-

ba», in: *Geografia e Civilização*, Livros Horizonte, Lisboa.

RUBIERA MATA, Maria de Jesus ( 1978) «El vínculo cognático en al Andalus», *Andalucia Medieval*, tomo I, Caja de Ahorros de Cordoba.

TORRES BALBAS (1983), *Obra Dispersa. Crónica de la España Muçulmana*, Instituto de España, Madrid.

UBIETO ARTETA, A. (1984), *Las «autonomias» medievales*, Zaragoza.

VALVÉ, Joaquín (1986), *La división territorial de la España Muçulmana*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid

(1983), *Habitats fortifiés et organisation de l'espace en Méditerranée Médiévale*. Table ronde tenue à Lyon en 1982. GIS, Maison de l'Orient, Lyon.

(1984), *Estructuras feudales v feudalismo en el mundo mediterraneo*, editorial Crítica, Barcelona.